

Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU e Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal

Prefeitura Municipal do Rio Grande

Produto 6 - Leituras Técnica e Comunitária (Leitura da Cidade) - 3ª Versão

29 de outubro de 2020

FICHA TÉCNICA

| | |
|---------------------------------------|--|
| Objeto do Contrato | Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU e Elaboração do Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento |
| Data de Assinatura do Contrato | 30/11/2018 |
| Prazo de Execução | 10 (dez) meses |
| Contratante | Prefeitura Municipal de Rio Grande |
| Contratada | Fundação Getulio Vargas |
| Coordenadora Geral | Silvia Finguerut |
| Coordenadora Adjunta | Baiena Feijolo Souto |



Sumário

| | |
|---------------------------------------|----|
| RESUMO EXECUTIVO | 4 |
| 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 5 |
| 1.1 EXPECTATIVAS E OBSTÁCULOS | 5 |
| 1.2 SOBRE CONCEITOS E MUDANÇAS | 8 |
| 1.3 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA | 9 |
| 1.4 O PAPEL DO GESTOR MUNICIPAL | 10 |
| 2. LEITURA COMUNITÁRIA | 12 |
| 2.1 CAPACITAÇÃO E OFICINAS | 13 |
| 2.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA | 17 |
| 3. LEITURA TÉCNICA | 19 |
| ANEXOS | 20 |

RESUMO EXECUTIVO

O presente documento apresenta o **Produto 6 - Leituras Técnica e Comunitária (Leitura da Cidade)**, referente ao projeto **Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDPDU e Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal**, atividade realizada como parte do contrato de prestação de serviços nº 446/2018/SMCP, celebrado entre a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** e a **Prefeitura Municipal do Rio Grande**.

O presente relatório está organizado em **duas seções e dois anexos**, a saber:

- ▣ A primeira seção apresenta considerações gerais sobre os aspectos de influência ao desenvolvimento urbano;
- ▣ A segunda se constitui na **Leitura Comunitária** que reúne as contribuições dos participantes nas Oficinas e reuniões realizadas com a participação da população;
- ▣ O **Anexo 1 - Leitura Técnica** que é o **Resumo Executivo do Produto 4 - Leitura Técnica Preliminar**, e onde estão apresentadas as informações mais relevantes do referido Produto. Essa apresentação difere daquela sugerida para apresentação na Primeira Fase das Audiências Públicas onde os conteúdos foram ainda mais resumidos. Essa apresentação da Leitura Técnica foi encaminhada por *e-mail*.
- ▣ E, por fim, o **Anexo 2**, contém o **Caderno dos Mapas** produzidos para o presente diagnóstico que reúne todos os mapas elaborados para esta análise, apresentando os dados levantados e distribuídos no território de forma a possibilitar o Planejamento Espacial Estratégico.

O presente relatório foi desenvolvido por equipe multidisciplinar de técnicos da **FGV** que realizaram ampla pesquisa bibliográfica, de dados secundários e de informações fornecidas por diversos órgãos da **Prefeitura Municipal do Rio Grande**, bem como uma série de entrevistas, reuniões técnicas e visitas de campo para a verificação de alguns dos dados fornecidos.

1. Considerações Iniciais

No Brasil, a formulação de políticas públicas de investimento em infraestrutura econômica e social está orientada para o cumprimento do Artigo 3º da Constituição Federal, o qual estabelece como “objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional... e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (ibid, p.9). A sua consecução exigiria, dos poderes Executivo e Legislativo, ‘tempo integral’ para: a) o desenvolvimento de sistemas de avaliação das políticas e programas em andamento; b) a formulação de “regras de aplicação” - e dos parâmetros correspondentes; c) a fiscalização da sua implantação com a devida aplicação das sanções recomendadas; d) a sua reformulação, quando necessária e, finalmente - e) a “prática” de uma visão estratégica do Brasil desejado para a formulação de políticas territoriais de âmbitos nacionais e regionais.

A fértil edição de leis não substitui as instituições de planejamento territorial de âmbito urbano e regional, tampouco, a clareza, que já existiu, quanto às responsabilidades de gestão e fiscalização. De fato, aumenta a sua demanda se considerada a exigência de regulamentação adequada para a sua correta implementação.

A preocupação crescente quanto à ‘criação’ de novas políticas e novos recursos desvia a atenção dos poderes Executivo e Legislativo da questão estratégica do desenvolvimento físico-territorial brasileiro cujo conteúdo abrange dois grandes temas igualmente estratégicos: a) a preservação do patrimônio ambiental brasileiro como suporte para a realização dos nossos melhores projetos de vida, respeitados os limites de sustentabilidade que precisam ser urgentemente definidos - segundo parâmetros e escalas adequados - para as várias regiões e suas comunidades, enquanto ainda há tempo; b) a universalização de certos serviços e produtos essenciais ao projeto de bem estar de cada brasileiro - como água tratada, coleta de esgoto e resíduos, saúde, educação e habitação para todos.

1.1 Expectativas e Obstáculos

A significativa alteração do enfoque adotado nas políticas de desenvolvimento praticadas no País acarretou profundas mudanças tanto no arcabouço institucional de planejamento e gestão do território quanto nos critérios de investimento em infraestrutura econômica e social. A queda de

investimento em saneamento verificada por diversos estudos e em especial o recente levantamento da Confederação Nacional da Indústria - CNI, revela que houve queda de 7,8% nos investimentos do setor em 2017 na comparação com o ano anterior. Foram desembolsados R\$ 10,9 bilhões em saneamento, menor valor investido nesta década e patamar 50,5% inferior à média de R\$ 21,6 bilhões necessários para o Brasil universalizar os serviços até 2033, conforme a meta prevista pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Segundo esse estudo, a universalização do saneamento básico ainda está muito distante e com o atual ritmo de investimentos, só acontecerá na década de 2060.

A ampliação das redes de esgoto impacta na valorização de imóveis, no aumento da produtividade dos trabalhadores e nos ganhos diretos na saúde da população, como à queda da mortalidade infantil, redução da incidência de doenças como diarreia e vômitos, redução da transmissão de doenças causadas pelo mosquito *Aedes aegypti* e diminuição dos gastos com médicos, internações e medicamentos e a CNI estima que cada R\$ 1,00 investido em saneamento gera retorno de R\$ 2,50 ao setor produtivo. Essa meta deverá contar com o investimento privado em saneamento que alcançou R\$ 418,16 por habitante, entre 2014 e 2016, o equivalente a 2,2 vezes à média nacional, de R\$ 188,17 por pessoa. Segundo o estudo da CNI, a participação do setor privado nos serviços de água e esgoto tem contribuído para acelerar cobertura básica à população que, mantido o atual ritmo de investimento, a meta da universalização seria 2050, aliviando os dados projetados como foco no investimento público.

Já um outro estudo, elaborado pela Confederação Nacional do Transporte - CNT - Transporte e Logística 2018, identifica os principais projetos e os investimentos necessários para a implantação de um sistema de transporte integrado de cargas e de passageiros em todo o Brasil e que reúne 2.663 obras elencadas como fundamentais, que demandam cerca de R\$ 1,7 trilhão de investimentos em todos os modais (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo, além do transporte público urbano).

Para o Estado do Rio Grande do Sul, o Estudo da CNT listou 235 projetos com investimentos da ordem de R\$ 113,87 bilhões. Este estudo elencou 19 projetos prioritários para a mesorregião do Sudeste do Estado e com foco no município de Rio Grande, conforme a seguir:

- ▣ Duplicação da rodovia BR-392 de Rio Grande a Pelotas;
- ▣ Adequação do Canal de São Gonçalo de Rio Grande a Pelotas;

- ▣ Construção do Contorno Ferroviário de Rio Grande;
- ▣ Recuperação do pavimento da rodovia BR-101 em São José do Norte;
- ▣ Implantação de sinalização na rodovia RS-734 em Rio Grande;
- ▣ Ampliação do Aeroporto Regional de Rio Grande;
- ▣ Construção de ligação seca entre Rio Grande e São José do Norte;
- ▣ Ampliação da área portuária do Porto do Rio Grande, com diversos projetos correlatos:
 - ▣ Construção de dolphin de atracação;
 - ▣ Construção de novo berço no Super Porto;
 - ▣ Construção de terminal de produtos florestais;
 - ▣ Dragagem do canal de acesso ao Porto;
 - ▣ Adequação do Molhe Leste;
 - ▣ Construção de terminal de contêineres;
 - ▣ Construção de píer multiuso; e
 - ▣ Implantação do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações – VTMISS.

A retomada do esforço de gerir o território, voltando a aceitar a variável econômica como um dos determinantes, parece ter lugar também, ainda que de maneira indireta, com a edição da Lei nº 9.433, de 1998. Esta institui o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, uma vez que para gerir as diversas categorias de uso das águas, há que se gerir os usos correspondentes do solo. Esta retomada significou restaurar o papel do Estado, como gestor, regulador e planejador do uso e ocupação do seu território, com o apoio da sociedade, cuja participação passou a ser ‘disciplinada’ pela mencionada Lei. Nesse sentido, a Lei das Águas já se constituiu em marco, embora recente, na construção de uma nova ética na relação tradicional entre o Estado, a sociedade e o território da nação. Os seus desdobramentos e impactos regulatórios sobre os demais setores usuários, não só das águas, mas também, por óbvias razões do solo, ainda estão iniciando ou se fazendo esperar.

Os obstáculos que se apresentam à gestão articulada e integrada são variados e antigos e seriam desanimadores não fora a significativa mudança introduzida pela Constituição Federal de 1988, na própria essência da questão federativa, e o conseqüente fortalecimento da gestão descentralizada - e consorciada - do país e da sociedade. É no território municipal que a integração das visões e ações setoriais acontece, seja em bases equilibradas e sustentáveis, com ‘muitos ganhadores e poucos perdedores’, seja ao contrário, em detrimento do conjunto maior.

1.2 Sobre Conceitos e Mudanças

Diante das várias mudanças mencionadas e do tempo decorrido com diferentes experiências de implementação do Estatuto da Cidade, percebe-se a elevação do grau de incerteza que tem afetado, cumulativamente, as possibilidades de atuação do Poder Público. A introdução do conceito de sustentabilidade nos planos de desenvolvimento nas várias alçadas de governo, assim como nos planos de investimentos privados destinados ao mercado internacional, impactou e impacta, igualmente, o planejamento local. O desenvolvimento sustentável, associado a questões dos impactos das mudanças climáticas e da capacidade de resiliência das cidades introduz, por sua vez, elevado grau de incerteza. Os limites dessas incertezas continuam sendo negociados, caso a caso, à luz do interesse coletivo cuja interpretação cabe aos representantes eleitos e à coletividade construir, entendendo-se o coletivo no seu sentido mais amplo de sociedade incluindo suas forças produtivas. Nessas condições a negociação tomou caminhos variados, dependendo das forças motrizes locais, e agregou a dimensão estratégica aos processos de planejamento.

A reestruturação da organização econômica definiu novos padrões espaciais de uso e ocupação de extensos territórios. As empresas, ainda que situadas em um local específico, estão formalmente ligadas a complexos multinacionais, ou por via de contratos de suprimentos a outras partes do mundo, em redes de decisões estratégicas. Para essas companhias as qualidades de um lugar, atributos que o distinguem, são apenas um conjunto de potencialidades e riscos. A ideia de uma economia regional integrada é substituída pelo conceito de “cadeia de produção” que atravessa uma ou mais regiões até alcançar o local cujos atributos somam valor à cadeia. Aceitas ou não, existem evidências significativas de mudanças nas políticas econômicas, em diferentes países, que impactam variados aspectos dos processos de planejamento territorial.

Outro aspecto mais recente dessa dinâmica de mudanças privilegia as cidades e é percebido pelos analistas culturais como uma mudança de foco – da modernização enfatizando tecnologia, consumo e utilidades, enfatizando a diversidade e as diferenças. Qualidade de vida e sustentabilidade são incorporadas. Em oposição à tendência anterior que anulava as qualidades do espaço ao mesmo tempo em que o explorava até o esgotamento, esta preconiza e busca adotar parâmetros que limitem usos e abusos e contribuam para preservar qualidades locais, incluindo cultura e natureza.

O planejamento espacial está embutido, por natureza, na governança local e a dimensão estratégica está, necessariamente, inserida no contexto atual de planejamento. O termo governança já ilustra repercussões das dinâmicas anteriormente referidas - abrange tanto a estrutura formal de governo quanto as redes de alianças informais através das quais grupos de vizinhança, ambientalistas e grupos de afinidades funcionais se conectam ao governo formal e assim influem diretamente nos temas que mais lhe interessam.

1.3 Participação Comunitária

O planejamento urbano preconizado pelo Estatuto da Cidade “assegura a participação da população nas discussões e debates sobre o futuro da cidade, de modo que os cidadãos possam manifestar sua opinião, influenciando, assim, no destino da cidade para o bem da coletividade”¹. Esta prática já era recomendada pelos urbanistas do século XX. E é uma tendência mundial abraçada por gestores norte-americanos e europeus que entendem que a melhor forma de combater as desigualdades sociais, a gentrificação e as políticas de inclusão e, por consequência, buscar justiça social.

Questões ligadas ao emprego, à segurança alimentar e à mobilidade urbana têm sido a tônica de todos os gestores que buscam a melhoria da qualidade de vida de toda a população urbana. Hoje cerca de 85% da população brasileira é urbana e 15% é rural. No Rio Grande, apenas 7.799 pessoas (equivalendo a 3,95% do total da população), residem na extensa área rural de 2.548 km², ou seja 93,1% do território. Ainda assim, a cidade precisa comprar produtos hortifrutigranjeiros oriundos de outros municípios e apresentando 50.891 pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como pobres ou extremamente pobres, no município.

Como pode o planejamento urbano e abordagens inovadoras atender a essas questões tão complexas e sistêmicas? Engajando diretamente a população para ouvir, avaliar e incorporar o conhecimento local é essencial para buscar iniciativas de combate à desigualdade. As discussões que o processo de revisão do Plano Diretor propicia são oportunidades para propor caminhos e projetos estruturantes que venham a atender a essa população, seja localizando um projeto de habitação social, seja definindo a melhor localização de um posto de saúde, uma creche ou o local de parada do transporte público.

¹ *Estatuto da Cidade, Lei no 10.257/2001, art. 2*

Uma das tendências mundiais revestidas de sucesso de interação entre gestores públicos e população é o uso de plataformas digitais para consultas e mapeamento de informações. Ao chamar os cidadãos para opinar sobre as inúmeras questões do dia-a-dia do município, o gestor público dispõe de um precioso conjunto de informações que permite traçar estratégias que beneficiam aspectos sociais, ambientais e econômicos a partir da conexão por meio das linguagens sociais. Assim, dar acesso digital à maioria da população é melhorar um enorme conjunto de políticas públicas. O uso mais intensificado da plataforma Decide Rio Grande é, portanto, um investimento de curto e médio prazo na aproximação da Prefeitura e da população riograndina.

A participação popular é fundamental para o desenvolvimento integrado dos distritos urbanos. Processos formais de participação, como os preconizados pelo Estatuto da Cidade provaram ser valiosos em diversos países, especialmente da Europa. Devem, no entanto, ser complementados por processos informais e cooperação, para que princípios orientadores possam ser desenvolvidos e postos em prática com o envolvimento ativo de cidadãos, associações e empresas. As decisões tomadas de cima para baixo (*top down*) não têm sido bem-sucedidas. Há vários estudos que demonstram que os cidadãos são capazes de encontrar soluções mais criativas e principalmente quando trabalham em ambientes integrados seja do ponto de vista de renda, raça ou religião.

Segundo Richard Sennet, “comunidade” denota o lugar onde estão as pessoas que se conhecem bem ou estão próximas, mutuamente preocupadas. Na época medieval a cidade era sinônimo da vida em comunidade, onde encontravam religião e assistência médica e social. Hoje a cidade, além dos serviços, apresenta inúmeras desigualdades - as populações de baixa renda estão na periferia da área urbana e estão longe também da rede de transporte público, gerando uma demandas não atendidas e/ou custos mais altos para os operadores. Desta forma, propor redes de ciclovias e locais para guarda das bicicletas, por exemplo, numa cidade plana como Rio Grande, pode ser uma proposta inclusiva mas que para ter sucesso depende fundamentalmente da vontade desses cidadãos que moram na periferia. Assim, a prioridade para a rede de ciclovias deve vir não dos projetistas, mas sim do cidadão que vai utilizar essa ciclovia.

1.4 O Papel do Gestor Municipal

Observa-se que há uma mudança de categoria da atuação do Estado, de provedor a facilitador; de governo integrado à fragmentação das atribuições entre diferentes organismos, agências etc.; da

dominação dos grupos nacionais para a dominação em nível local; da clara separação entre esferas pública e privada para várias formas de parcerias entre os dois setores, entre o Estado e o Mercado. Enfim, modificações nas formas tradicionais de ação local para novas organizações proativas que constroem apoios e negociam contribuições de vários agentes para diferentes programas e projetos.

Novos grupos de interesse surgiram formulando seus próprios modelos espaciais de vizinhança, bairros e cidade, pressionando as equipes e os esforços de planejamento. Esse pluralismo de visões tende a transformar o fórum ou sistema decisional de planejamento em arena para explicitação e mediação de conflitos. No entanto, para que esse sistema de decisões funcione é fundamental mudar a visão de que o setor público tem o papel de provedor de terras para empreendimento e de infraestrutura para os empreendimentos.

O planejamento estratégico mudou, do esforço de integrar múltiplos objetivos em uma estratégia coerente para uma coleção de afirmações de intenções, politicamente elaboradas, para mediar conflitos de interesses. Como resultado, os planos não podem ser vistos como uma forma de contrato, um registro de pleitos e barganhas entre diferentes atores. Em vez de abrangente os planos tornam-se fragmentados. Mais recentemente, novas demandas voltaram a exigir integração e coerência entre esses pleitos, recuperando-se a dimensão estratégica do planejar.

Em termos espaciais, há também uma significativa mudança de atuação. Se antes um dos principais objetivos do planejamento era regular a expansão urbana no território municipal para acomodar novos empreendimentos, agora o propósito é outro, especialmente mais amplo e morfologicamente mais detalhado. Trata-se de transformar o tecido urbano, intervir para o aperfeiçoamento qualitativo do conjunto da área objeto de interesse.

2. Leitura Comunitária

À participação social costumam-se atribuir resultados positivos que vão desde o aperfeiçoamento das políticas públicas até a democratização do Estado, passando pelo estímulo à construção de uma cultura participativa. No Brasil, os arranjos participativos foram amplamente institucionalizados nas últimas décadas, passando a fazer parte do arcabouço legal que rege a administração pública. A literatura costuma apontar a existência de ao menos três momentos da institucionalização de arranjos participativos no Brasil. O primeiro seria a experiência dos orçamentos participativos locais; a segunda, a multiplicação e consolidação dos conselhos e conferências de políticas públicas; a terceira e mais recente, a participação na elaboração de instrumentos de planejamento e gestão, em particular os Planos Plurianuais e os Planos Diretores.

A obrigatoriedade da aprovação de Planos Diretores em todos os municípios de mais de vinte mil habitantes foi estabelecida na Constituição Federal de 1988, mas só foi regulada pelo Estatuto da Cidade, aprovado em 2001 após 13 anos de negociações. O Estatuto determinou ainda a obrigatoriedade da participação social na elaboração destes instrumentos. Desde então, numerosos processos participativos foram realizados no país. No caso do município do Rio Grande está em andamento a revisão do Plano Diretor de 2008, num processo iniciado em janeiro de 2019.

A cristalização no ordenamento jurídico da obrigatoriedade da participação popular na elaboração dos Planos Diretores se origina nas demandas históricas dos movimentos sociais da chamada “luta pela reforma urbana”, e o Estatuto da Cidade veio a legalizar essa parte da história.

O envolvimento ativo da comunidade no processo de revisão do Plano Diretor é fundamental, e definido por Lei, desde a realização do diagnóstico (leitura comunitária da cidade), até a escolha de soluções para a cidade, produzindo efetivamente a organização e fiscalização no planejamento urbano e social do território.

Quando a sociedade participa dos problemas e acompanha na definição e implantação das soluções todos ganham. Não se pode esquecer que são as pessoas que fazem a cidade. Segundo a urbanista norte-americana Jane Jacobs, “As cidades têm condições de oferecer algo a todos apenas porque, e apenas quando, são criadas por todos”.

Para contar com a participação das pessoas na revisão do Plano Diretor, a **Prefeitura do Rio Grande** estabeleceu vários canais de interlocução com a população. Foi criada a plataforma “Decide Rio Grande” no *website* da **Prefeitura**, que desde sua implantação já contou com a interação de mais de 180 pessoas. Nessa plataforma é possível fazer sugestões e críticas ao processo, bem como conhecer os documentos básicos da revisão do Plano Diretor. A plataforma contém também os diversos documentos técnicos produzidos no âmbito da revisão do Plano Diretor e que estão disponíveis para consulta da população.

Para que a população entenda o que é, para que serve o Plano Diretor, suas etapas e formas de participação, a **Prefeitura** também lançou uma Cartilha Digital e impressa. Além disso a **FGV** elaborou um Plano de Comunicação (**Produto 2**) para auxiliar a **Prefeitura** na interação com a população, onde estão ressaltados os pontos exigidos pelo Estatuto da Cidade.

2.1 Capacitação e Oficinas

Durante o mês de março desse ano, vários técnicos da Prefeitura foram capacitados para realizarem as oficinas de leitura da cidade. As Oficinas foram realizadas em duas etapas, na primeira, realizada entre abril e maio, a cidade do Rio Grande foi dividida em 6 (seis) regiões, onde e foram realizadas as oficinas. Na segunda etapa, a cidade foi dividida em 12 (doze) regiões e as oficinas realizadas no mês de junho. No total foram realizadas 18 (dezoito) Oficinas para ouvir sugestões e críticas da sociedade civil.

Ainda no processo de participação popular foi realizado seminário, com as temáticas de Habitação, Mobilidade e Território e também Desenvolvimento Social e Cultura, no mês de fevereiro, buscando colher subsídios relativos aos principais problemas da cidade. A seguir os desafios listados nos seminários oficinas:

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- 1) Rever o zoneamento tomando por base atividade econômica, índices de aproveitamento, incentivo ao uso adequado criando zonas especiais;
- 2) Ponderar utilização código CNAE;



- 3) Oferta de moradia em local adequado e retirada de ocupações em áreas de risco utilizando instrumentos urbanísticos adequados (ênfase na melhoria da cidade “informal”);
- 4) Propor instrumentos específicos para ocupação em áreas próximas a Áreas de Preservação Permanente - APPs;
- 5) Mapeamento e inclusão de (equipamentos públicos) bem como delimitação dos bairros numa mesma malha urbana, identificando as centralidades para oferecimento dos serviços com a devida acessibilidade; e
- 6) Integração entre diversos níveis da gestão pública para construção dos cenários possíveis para a cidade, estabelecendo relação/integração com o Governo do Estado para desenvolvimento da área industrial no Município; Protagonismo da Gestão Municipal diante do uso do solo, em especial áreas do Estado e da União.

HABITAÇÃO

- 1) Gravar áreas de interesse social para atender à carência de áreas atendidas por infraestruturas para moradia popular;
- 2) Estruturar a Secretaria da Habitação, quantitativa e qualitativamente para regularizar as áreas de ocupação;
- 3) Traçar mapa de precariedades (existem subsídios); e
- 4) Promover o aproveitamento de prédios vazios adaptando-os ao uso habitacional ou comercial;

REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS/MEIO AMBIENTE

- 1) Criar alternativas de como regularizar determinadas áreas ofertando os serviços necessários à comunidade;
- 2) Compatibilizar gabarito de rua e área construída, aumentar artérias periféricas;
- 3) Ampliar áreas verdes (uso público);
- 4) Distinguir a definição de área verde, áreas edificáveis, APPs e áreas institucionais;
- 5) Promover e incentivar o protagonismo da comunidade nas definições, por exemplo, de futuras áreas verdes;
- 6) Propor o uso de instrumentos urbanísticos para criação de espaços públicos como compensação em áreas totalmente ocupadas;

- 7) Criação de corredores ecológicos; e
- 8) Criação de travessias para a fauna terrestre.

SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE

- 1) Apontado problema de mobilidade na Junção. Proposta de duplicação da rodovia – RS ou binário
- 2) Integrar os planos de mobilidade com o PLHIS para ter dimensionadas as demandas;
- 3) Manutenção e melhoria das calçadas e vias, estendendo o programa Calçada Legal;
- 4) Execução integrada dos dispositivos. Em muitos casos rampas de acessibilidade foram instaladas, porém o calçamento da via é incompatível com o uso de cadeiras de rodas. Calçadas com muitos desníveis e obstáculos;
- 5) Ciclovias: ao implantar as ciclovias ligando áreas estratégicas da cidade, e implantando dispositivos que aumentem a atratividade do serviço, como Iluminação adequada, arborização, sinalização;
- 6) Melhor a situação das estradas do “ interior” do município;
- 7) O Canalete, devido ao pouco número de travessias, é uma estrutura que limita o número de vias que atendem o centro em seu sentido longitudinal; e
- 8) Melhorar a sinalização, fiscalizar e conscientizar o uso dos serviços.
- 9) Melhorar a distribuição dos estacionamentos e planejamento dos bairros a fim de otimizar os acessos de viaturas nas ocorrências;
- 10) Qualificação e segurança do transporte coletivo municipal;
- 11) Melhorar o fluxo de veículos no acesso e saída da cidade, por meio da ampliação das vias e/ou restrições no tráfego, Criar Anel Viário?
- 12) Controlar a circulação de veículos pesados no Centro Histórico;
- 13) Avaliar os fluxos de veículos na cidade para apontar as centralidades e os respectivos fluxos; e
- 14) Propostas de mapas ou trajetos de percursos para a mobilidade: crianças, deficientes etc.

INFRAESTRUTURA URBANA E SANEAMENTO

- 1) Equalizar a prestação dos serviços de água e esgoto. Há grande dificuldade de se garantir que a rede de coleta de esgoto sanitário seja implantada concomitantemente com a rede de distribuição de água potável;

- 2) Prestar atendimento das comunidades da área rural e comunidades carentes;
- 3) A topografia local é muito plana dificultando e onerando a implantação dos sistemas que funcionam com condutos não forçados (escoamento livre);
- 4) Ocupação irregular de áreas pertencentes às estruturas das redes de drenagem, como o leito de canais;
- 5) Contaminação do lençol freático por produtos oriundos de atividade agrícola;
- 6) Nível d'água do solo é muito alto, dificultando e encarecendo as obras enterradas;
- 7) Fiscalizar e conscientizar o uso dos serviços;
- 8) Aterro sanitário: o aterro da cidade já se encontra com sua capacidade esgotada. Já estão em estudos de alternativas;
- 9) Coleta seletiva: disponibilidade de áreas para criação de novos pontos de coletas, pois a quantidade atual é insuficiente e mal distribuída; e
- 10) Fiscalizar e conscientizar o uso dos serviços.

PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA

- 1) Identificar o patrimônio (material e imaterial) para além de uma listagem de bens e sim um sistema de gestão baseado no geoprocessamento;
- 2) Estabelecimento de uma hierarquia de valores culturais para definição daquilo que será patrimonializado;
- 3) Integração entre os órgãos de preservação municipal, estadual e federal;
- 4) Ao propor o zoneamento, este deverá levar em conta as áreas do entorno dos bens de patrimônio histórico;
- 5) Utilizar as reuniões do plano diretor para a criação de inventário participativo;
- 6) Propor utilização dos bens que fazem parte do patrimônio histórico do município através de incentivo municipal (propor medidas punitivas progressivas para imóveis abandonados);
- 7) Promover ações de educação patrimonial; e
- 8) Preservação dos espaços das comunidades tradicionais (quilombos, terreiros etc.).

2.2 Audiência Pública

Na primeira Audiência Pública realizada no mês julho, foi apresentada a Leitura Técnica da Cidade. Nessa Audiência Pública, que contou com a participação de dezenas pessoas, foi possível, conhecer a realidade da cidade nas áreas de Mobilidade, Habitação, Cultura, Patrimônio, Saneamento, Economia, Lazer, Educação, Saúde entre outros.

O mais importante nessa audiência, foi a participação e contribuição popular. A sociedade respondeu ao convite feito pela administração pública. Como dispõe a legislação, a audiência foi divulgada em todos os meios de comunicação, com 15 dias de antecedência e deve seu regulamento aprovado no início da reunião.

Nesse canal de participação social, foram colhidas várias sugestões que agora serão analisadas pelos técnicos municipais e pelo Conselho do Plano Diretor e depois devolvidas a comunidade, na próxima audiência pública.

Podemos destacar aqui algumas contribuições:

- 1) A importância de um banco de projetos, para criar e incentivar o turismo. Principalmente o turismo histórico, rural e náutico;
- 2) Na mobilidade urbana, proibir ou diminuir o tráfego de veículos pesados junto ao centro histórico e praia do Cassino;
- 3) Planejar a cidade de forma a atender os 17% da população que possui algum tipo de deficiência;
- 4) Dar uma atenção especial aos problemas de drogas/miséria que faz aumentar a população de rua;
- 5) Como atender as ilhas e o interior do município com coleta diária do lixo e coleta seletiva;
- 6) Elaborar um plano de turismo específico para a visitação das ilhas;
- 7) Atender a todo o município com saneamento básico;
- 8) Ter um cuidado especial para proteção e valorização da orla;
- 9) Atenção há qualidade do asfalto e também a duplicação de várias vias do município também foram muito citadas;

- 10) Incluir na revisão do Plano Diretor a elaboração de estudos de impacto de vizinhança em projetos de porte significativo, principalmente nos aspectos de mobilidade e infraestrutura urbana;
- 11) Incentivar a criação de hortas urbanas;
- 12) Fazer uma interlocução com o Governo do Estado e Federal, para resolver questões do tráfego e duplicação de algumas vias;
- 13) Integrar no Plano Diretor as diretrizes do Plano Ambiental;
- 14) Regulamentar a presença dos motor home as praias; e
- 15) Melhorar a rede de transporte público de forma a atender a todas as regiões do município.

Em todas as etapas de revisão do Plano Diretor, é fundamental o acompanhamento e aprovação do Conselho do Plano Diretor, por isso a **Prefeitura** tem realizado reuniões regulares com o Conselho, a fim de garantir seu engajamento e participação no processo.

É importante lembrar aqui que a participação popular não termina com a aprovação da Lei de Revisão do Plano Diretor pela Câmara de Vereadores. Todo o cidadão deve fiscalizar e acompanhar sua implementação.

3. Leitura Técnica

A Leitura Técnica consiste em um diagnóstico técnico multidimensional e elaborado a partir de dados fornecidos pela **Prefeitura** ou por consultorias por ela contratados. Desta forma os dados ali apresentados são relativos aos esses estudos, além de informações de bases estatísticas levantadas pelos Governos Estadual e Federal nos últimos anos.

A apresentação busca seguir a metodologia definida para a Revisão do Plano Diretor que é a espacialização das informações de forma a permitir a compreensão das diferenças entre os distritos do Rio Grande apresentando as desigualdades no território municipal.

A Leitura Técnica apresentada no **Anexo 1** tem informações relativas a:

- 1) Aspectos Sociodemográficos;
- 2) Aspectos Urbanísticos;
- 3) Caracterização Ambiental;
- 4) Aspectos Econômico-territoriais;
- 5) Habitação;
- 6) Infraestrutura Urbana;
- 7) Saneamento Básico;
- 8) Mobilidade Urbana;
- 9) Aspectos Sociais – Educação, Saúde e Assistência Social; e
- 10) Cultura, Patrimônio Cultural e Vitalidade.

ANEXOS

- ▣ Anexo 1 – Resumo da Leitura Técnica; e
- ▣ Anexo 2 – Caderno dos Mapas.

Baiena Feijolo Souto
Coordenadora

1143-20 Produto 6.pdf

Código do documento f6dac207-0ac0-4dd4-8c17-c451688a35d9



Assinaturas



Baiena Feijolo Souto
baiena.souto@fgv.br
Assinou



Eventos do documento

29 Oct 2020, 18:35:13

Documento número f6dac207-0ac0-4dd4-8c17-c451688a35d9 **criado** por NATHALIA BARBOSA DA SILVA (Conta 64ec87d0-e8e4-4d03-91a7-1886aff533b0). Email :nathalia.dasilva@fgv.br. - DATE_ATOM: 2020-10-29T18:35:13-03:00

29 Oct 2020, 18:35:38

Lista de assinatura **iniciada** por NATHALIA BARBOSA DA SILVA (Conta 64ec87d0-e8e4-4d03-91a7-1886aff533b0). Email: nathalia.dasilva@fgv.br. - DATE_ATOM: 2020-10-29T18:35:38-03:00

29 Oct 2020, 18:38:01

BAIENA FEIJOLO SOUTO **Assinou** (Conta 699ea1f5-7ec9-43a6-9a2b-d16129e77e38) - Email: baiena.souto@fgv.br - IP: 177.139.31.84 (177-139-31-84.dsl.telesp.net.br porta: 60476) - Documento de identificação informado: 053.839.227-41 - DATE_ATOM: 2020-10-29T18:38:01-03:00

Hash do documento original

(SHA256):1963ae1bda7bcd6b339b2e33dff6fc089728f737c63cfe6fa86db27644f3eefc

(SHA512):ba317b19798645cd650b05e0ab51d449b06a94b2ee38a86dd423a3f6c49dba1e0b839b1a4d051986409a411c9d2b39ece3b943213e125439cfc639cd72494c5b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign